

BALANÇO

Contribuinte: 502816872

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.3 e 5	1.436.629,11 €	1.422.309,93 €
Bens do património histórico e artístico e cultural		- €	- €
Propriedades de investimento		- €	- €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros	3.2.6 e 17.1	6.668,33 €	5.279,47 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		- €	- €
		1.443.297,44 €	1.427.589,40 €
Activo corrente			
Inventários	3.2.7 e 9	2.350,44 €	1.058,92 €
Clientes e Utentes	3.2.10 e 17.3	16.443,84 €	10.568,79 €
Adiantamentos a fornecedores		- €	- €
Estado e outros entes públicos		- €	- €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.9 e 17.2	1.126,77 €	973,71 €
Outras contas a receber	3.2.10 e 17.4	44.504,45 €	23.566,27 €
Diferimentos	3.1.2 e 17.5	2.096,01 €	6.382,36 €
Outros activos financeiros	3.2.11 e 17.6	- €	- €
Caixa e depósitos bancários	3.2.12 e 17.7	274.799,99 €	300.840,08 €
		341.321,50 €	343.390,13 €
		1.784.618,94 €	1.770.979,53 €
Total do activo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	3.2.14 e 17.8	55.262,98 €	55.262,98 €
Excedentes técnicos		- €	- €
Reservas	17.8	82,49 €	82,49 €
Resultados transitados	3.2.14 e 17.8	587.486,11 €	652.918,04 €
Excedentes de revalorização		- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.14 e 12 e 17.8	485.810,36 €	408.810,36 €
		1.128.641,94 €	1.117.073,87 €
Resultado líquido do período	18	33.374,73 €	- 65.431,93 €
Total do fundo de capital		1.162.016,67 €	1.051.641,94 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.2.15	- €	- €
Provisões específicas		- €	- €
Financiamentos obtidos	3.2.16	- €	- €
Outras contas a pagar		509.659,15 €	583.728,28 €
		509.659,15 €	583.728,28 €
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.13 e 17.9	5.083,47 €	8.330,70 €
Adiantamentos de Clientes		- €	- €
Estado e outros entes públicos	17.10	15.796,77 €	13.774,75 €
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		- €	- €
Financiamentos obtidos		- €	- €
Diferimentos	17.11	92.062,88 €	113.503,86 €
Outras contas a pagar	17.12	- €	- €
Outros passivos financeiros		112.943,12 €	135.609,31 €
		622.602,27 €	719.337,59 €
Total do passivo		1.784.618,94 €	1.770.979,53 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			

Direcção

Ruth Rauvinho
Patrícia Fernandes
Heleno Coimbra
Maria Adelaide NC Silveira

Contabilista Certificado

cc 83 HS

ASSOC. CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Contribuinte: 502816872

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	10.1	489.192,91 €	442.435,88 €
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	590.516,30 €	454.487,16 €
Variação nos inventários da produção		- €	- €
Trabalhos para a própria entidade		- €	- €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	- 95.599,11 €	- 89.472,70 €
Fornecimentos e serviços externos	17.14	- 226.690,31 €	- 199.408,51 €
Gastos com o pessoal	15	- 712.130,29 €	- 644.004,11 €
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		- €	- €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- €	- €
Provisões (aumentos/reduções)		- €	- €
Provisões específicas (aumentos/reduções)		- €	- €
Outras imparidades (perdas/reversões)		- €	- €
Aumentos/reduções de justo valor		- €	- €
Outros rendimentos e ganhos	12 e 17.15	40.600,33 €	14.164,45 €
Outros gastos e perdas	17.16	- 1.863,44 €	- 2.838,24 €
Resultado antes de depreciações, gastos de		84.026,39 €	- 24.636,07 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	- 52.481,29 €	- 42.202,63 €
Resultado operacional (antes de gastos de		31.545,10 €	- 66.838,70 €
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	1.829,63 €	1.406,77 €
Juros e gastos similares suportados		- €	- €
Resultados antes de impostos		33.374,73 €	- 65.431,93 €
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.17 e 14	- €	- €
Resultado líquido do período		33.374,73 €	- 65.431,93 €

Direcção



Rui Pinto
 Rahm Fernandes
 Henrique Costa
 Maera Adelaide N.C.D. Silva

Contabilista Certificado



cc 83 HS

ASSOC. CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 502816872

(Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	17.13 e 10.1	696.028,08 €	645.879,91 €
Pagamentos de subsídios		- €	- €
Pagamentos de apoios		- €	- €
Pagamentos de bolsas		- €	- €
Pagamentos a fornecedores	3.2.13	- 118.075,53 €	136.845,00 €
Pagamentos ao pessoal	15	- 701.574,25 €	622.395,00 €
Caixa gerada pelas operações		- 123.621,70 €	113.360,09 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos/pagamentos		104.561,19 €	270.811,93 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		- 19.060,51 €	157.451,84 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5	- 153.809,21 €	20.000,00 €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros			- 579.000,00 €
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	12	145.000,00 €	- €
Activos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		- €	- €
Outros activos		- €	474.000,00 €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares	17.17	1.829,63 €	1.406,77 €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		- 6.979,58 €	- 123.593,23 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Realização de fundos		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamentos		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Redução de fundos		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		- €	- €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		- 26.040,09 €	33.858,61 €
Caixa e seus equivalentes no início do período		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.2.12	300.840,08 €	266.981,47 €
		274.799,99 €	300.840,08 €

Direcção



Rui Reisinho
 Patrik Fernandes
 Henrique Costa
 Maria Adelar de NC Silveira

Contabilista Certificado



cc 3375

Q
9
K
K
Baleiro

**ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA
DA CHE LAGOENSE**

Anexo - 2018

*R. R. Ribeiro
Assinado*

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	11
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	11
6	Ativos Intangíveis.....	13
7	Locações.....	13
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	13
9	Inventários	13
10	Rérito	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	14
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	14
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	15
14	Imposto sobre o Rendimento	15
15	Benefícios dos empregados.....	15
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	15
17	Outras Informações	15
17.1	Investimentos Financeiros.....	15
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16
17.3	Clientes e Utentes.....	16
17.4	Outras contas a receber	17
17.5	Diferimentos.....	17
17.6	Outros Ativos Financeiros	17
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	17
17.8	Fundos Patrimoniais	18
17.9	Fornecedores.....	18
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	18
17.11	Outras Contas a Pagar.....	19
17.12	Outros Passivos Financeiros	19
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	19
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	20
17.15	Outros rendimentos.....	21
17.16	Outros gastos	22
17.17	Resultados Financeiros.....	22
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	23
18	Considerações Finais	23



 R.R.
 B.R.
 B.
 Adelardo

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA CHE LAGOENSE" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Associação" com estatutos publicados no Diário da República n.º 76 de 30 de Março, Série III, com sede em Rua do Município Bloco 97 r/c Dto. 8400-621 Parchal.

Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Promover a solidariedade e a acção social da população inscrita na área de influência do concelho de Lagoa, nomeadamente:
 - Protecção à infância
 - Apoio às crianças e aos jovens
 - Protecção da terceira idade através da criação de estruturas para esse efeito
 - Apoio à família
 - Integração social e comunitária das populações
 - Promoção de actividades de tempos livres para os seus associados e familiares

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais"

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acrédimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão relativamente à informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projectar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve reflectir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transacções e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um



activo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transacção ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efecto de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direcção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

3.2.2 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou

R. Klimm
Salvador

Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo de aquisição. Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou para os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.9 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

3.2.10 Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Q.
Rhm
ot
Adelaidi

3.2.11 Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

3.2.12 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.13 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.14 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.15 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	779.218,96€	931.385,16€	0,00€	0,00€	0,00€	1.710.602,12€
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00€					0,00€
Edifícios e outras construções	109.988,42€	31.667,65€				141.656,07€
Equipamento básico	86.430,69€	3.473,77€				89.904,46€
Equipamento de transporte	62.770,61€	6.679,91€				69.450,52€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.207,75€	381,30€				46.589,05€
Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	306.028,94€	42.202,63€	0,00€	0,00€	0,00€	348.231,57€

Descrição	2018					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	120.810,36€					120.810,36€
Edifícios e outras construções	1.372.866,21€	89.916,68€				1.462.782,89€
Equipamento básico	90.713,43€	6.033,15€				96.746,58€
Equipamento de transporte	77.466,40€	28.637,52€	15.524,14€			90.579,78€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	48.114,25€					48.114,25€
Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	1.710.602,12€	124.587,35€	15.524,14€	0,00€	0,00€	1.819.665,24€
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00€					0,00€
Edifícios e outras construções	141.656,07€	36.975,09€				178.631,16€
Equipamento básico	89.904,46€	1.285,61€				91.190,07€
Equipamento de transporte	69.450,52€	13.839,29€	15.524,14€			67.765,67€
Equipamento biológico	0,00€					0,00€
Equipamento administrativo	46.589,05€	381,30€				46.970,35€
Outros Ativos fixos tangíveis	631,47€					631,47€
Total	348.231,57€	52.481,29€	15.524,14€	0,00€	0,00€	385.188,72€

Em 2017 constatou-se por parte da entidade Cooperativa Chelagoense, a doação de um lote de terreno, sítio na Bela Vista, destinado à construção de prédio de espécie "Outros".

Em 2017 verificou-se a aquisição do edifício sede sítio Bloco 97, instalações imprescindíveis ao funcionamento das actividades diárias das diversas valências que a instituição proporciona.

O imóvel composto por 4 fracções destina-se a:

- * Fracção A – Centro de Actividades de Tempos Livres

- * Fracção B – Escritórios e salão desportivo

- *Fracção C – Creche

- * Fracção D – Pavilhão Desportivo

Em 2018 constatou-se:

- * O termo da construção do novo berçário

- * Aquisição de equipamento básico, nomeadamente electrodomésticos

- * Aquisição de uma viatura de 9 lugares para transporte de crianças

- * Na sequência da aquisição de nova viatura, verificou-se o abate da viatura mais antiga registada no activo, mediante a sua venda.



Adelante

Propriedades de Investimento

A instituição não possui “Propriedades de Investimento”.

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não possui “Activos Intangíveis” do domínio público.

Outros Activos Intangíveis

A Entidade não detém “Outros Activos Intangíveis”.

7 Locações

A Entidade não detém activos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A Instituição não usufrui de empréstimos.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00€	0,00€	0,00	0,00€	0,00€	0,00	0,00€
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	769,18€	90.454,30€	-691,86€	1.058,92€	97.648,36€	-757,73€	2.350,44€
Produtos acabados e intermédios	0,00€		0,00	0,00€		0,00	0,00€
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00€		0,00	0,00€		0,00	0,00€
Produtos e trabalhos em curso	0,00€		0,00	0,00€		0,00	0,00€
Total	769,18€	90.454,30€	0,00	1.058,92€	90.454,30€	0,00	2.350,44€
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			89.472,70€				95.599,11€
Variações nos inventários da produção			0,00€				0,00€

O custo total com a alimentação dos utentes, durante o exercício de 2018 foi no valor de 95.599,11€.

Esta rubrica contempla as refeições de almoço e lanches das valências de Creche, Jardim de infância, ATL, Prolongamento e Protocolos com o Município de Lagoa, referente à prestação de serviços de refeições a dois Jardins de Infância e uma Escola Básica do 1º ciclo.

Verifica-se que esta rubrica teve um aumento face ao ano anterior. Justifica-se esta variação devido ao habitual aumento dos géneros alimentares e à qualidade que pretendemos impor nos nossos refeitórios.

Mantemos o desafio do programa das Férias Desportivas, que abraça um considerável número de utentes nos meses de Julho e Agosto.

R. - H. Silveira

Justifica-se o valor apurado que contempla:

- "Refeitório 1" localizado na nossa instituição, fornece as almoços e lanches diariamente aos nossos utentes, aos alunos do "Jardim-de-infância Parchal 2" e ao programa das Férias Desportivas, e,
- a gestão do "Refeitório 2" aprovisiona as refeições aos alunos do "Jardim de Infância Parchal 1", e à "Escola do Ensino Básico do 1º ciclo do Parchal" assim como ao respectivo pessoal docente e não docente.

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2018
Vendas	0,00€	0,00€
Prestação de Serviços		
Mensalidades de utentes	441.781,28€	488.531,47€
Quotas e joias	654,60€	661,44€
Total	442.435,88€	489.192,91€

10.1 Prestações de Serviços

Rubrica que considera as quotizações dos sócios e as mensalidades dos utentes que frequentam as diversas valências existentes na instituição. Verifica-se um acréscimo face ao ano anterior devido ao aumento do número de utentes nas diversas valências e manifestamente ao acréscimo da capacidade da valência da Creche que registava 72 utentes e actualmente permite 98 utentes.

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, não ocorreu a constituições de provisões.

Activos e Passivos contingentes

Nada a considerar

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2018
Subsídios do Governo		
Câmara Municipal Lagoa – Creche (2005)	190.000,00€	185.000,00€
Câmara Municipal Lagoa – Bloco 97 (2017)	98.000,00€	180.000,00€
Apoios do Governo		
Total	288.000,00	365.000,00€

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos, são reconhecidos nas "Outras variações de fundos patrimoniais".

Reconhece-se o subsídio ao investimento atribuído em 2005, destinado à construção do edifício da creche registado na conta do activo em "Edifícios e outras construções".

Reconhece-se em 2017 e 2018 os subsídios ao investimento, destinado a aquisição do edifício sede - Bloco 97.

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados, e de acordo com a vida útil dos mesmos.

3
Blue
Peleende

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável. A instituição está isenta de IRC conforme Nota 3.2.15.

Descrição	2017	2018
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00€	0,00€

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2018, foram, respectivamente "13" e "13".

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "54" e em 31/12/2018 foi de "60".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00€	0,00€
Remunerações ao pessoal	527.732,11€	580.934,98€
Benefícios Pós-Emprego	323,49€	0,00€
Indemnizações	660,00€	904,60€
Encargos sobre as Remunerações	106.948,75€	115.197,03€
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.301,62€	9.231,30€
Gastos de Ação Social	0,00€	1.013,30€
Outros Gastos com o Pessoal	3.038,14€	4.849,08€
Total	644.004,11€	712.136,29€

Com um valor médio de 60 funcionários ao serviço da instituição, verifica-se que esta rubrica reflecte 65% dos gastos totais da instituição. Pela dinâmica da instituição, pelas actividades que disponibiliza, pela quantidade de utentes, pela qualidade que oferece, e pelos protocolos que celebra, inevitavelmente verifica-se a necessidade de manter um numeroso quadro de pessoal.

SMN em 2016 = 530,00€ SMN em 2017 = 557,00€ SMN em 2018 = 580,00€

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão dos restantes valores registados nas demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2018, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€
Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos em associadas	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€



Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00€	0,00€
Método de Equivalência Patrimonial	0,00€	0,00€
Outros Métodos	0,00€	0,00€
Investimentos noutras empresas	0,00€	0,00€
Outros investimentos financeiros	5.279,47€	6.668,33€
Perdas por imparidade Acumuladas	0,00€	0,00€
Total	5.279,47€	6.668,33€

Esta rubrica comprehende dois investimentos financeiros: FRSS e FCT/FGCT

a) - FRSS (Fundo de Reestruturação Sector Social): o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

b) - FCT (Fundo Compensação do Trabalho): é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

- FGCT (Fundo de Garantia do Trabalho) é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerida por um Conselho de Gestão. É um fundo mutualista, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais e que visa a concretização da garantia conferida pelo regime instituído pela Lei 70/2013 de 30 de Agosto.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocínadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2017 e 2018, apresentava os seguintes saldos, relativamente a quotas de sócios devedores:

Descrição	2017	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	973,71€	1.126,77€
Doadores - em curso	0,00€	0,00€
Patrocínadores	0,00€	0,00€
Quotas	0,00€	0,00€
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Perdas por imparidade	0,00€	0,00€
Total	973,71€	1.126,77€
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00€	0,00€
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00€	0,00€
Resultados disponíveis	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2018 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes	10.568,79€	16.443,84€
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		



Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	10.568,79€	16.443,84€

Distingue-se os utentes como sendo os utilizadores que diariamente frequentam a nossa instituição durante o exercício económico. Verba considerável na rubrica de utentes, que por razões económicas não conseguiram regularizar as mensalidades durante o exercício de 2018. Nos períodos de 2018 e 2017 não foram registadas “Perdas por Imparidade”:

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00€	0,00€
Adiantamentos ao pessoal	0,00€	0,00€
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00€	0,00€
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00€	0,00€
Outras operações	0,00€	0,00€
Outros Devedores	23.566,27€	44.504,45€
Perdas por Imparidade	0,00€	0,00€
Total	23.566,27€	44.504,45€

Destacam-se os montantes relativos aos seguintes devedores:

- Célia Santos: devido ao desvio de verbas por parte da ex-funcionária, cuja sentença já foi proferida a favor da instituição, aguardamos o respectivo pagamento.
- Município de Lagoa: Conforme Protocolos, registou-se os rendimentos de acordo com a periodização económica, os influxos de caixa registaram-se em 2019.

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Gastos a Reconhecer		
Seguros	6.382,36€	2.096,01€
Total	6.382,36€	2.096,01€
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00€	0,00€

Os saldos registados a reconhecer são referentes a gastos com seguros que compreendem dois exercícios económicos.

Conforme a periodização económica, estes gastos são registados nos períodos a que respeitam.

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2018, “Outros investimentos financeiros.”

Descrição	2017	2018
Total	0,00€	0,00€

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2018
Caixa	1.906,82€	1.429,96€
Depósitos à ordem	39.933,26€	58.370,03€

Depósitos a prazo	259.000,00€	215.000,00€
Outros		
Total	300.840,08€	274.799,99€

Verifica-se em 2017 face a 2018, uma diminuição das disponibilidades, os motivos subjacentes a este facto encontram-se justificados nos vários pontos deste anexo.

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	55.262,98€	0,00€	0,00€	55.262,98€
Excedentes técnicos	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Reservas	82,49€	0,00€	0,00€	82,49€
Resultados transitados	652.918,04€	0,00€	65.431,93€	587.486,11€
Excedentes de revalorização	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Outras variações nos fundos patrimoniais	408.810,36€	100.000,00€	23.000,00€	485.810,36€
Total	1.117.073,80€	100.000,00€	88.431,93€	1.128.641,90€

Na rubrica de Resultados Transitados, regista-se:

- Resultado líquido transitado de 2017 no valor de 65.431,93€ (negativos)
- Na rubrica de "Outras variações nos fundos patrimoniais" regista-se:
 - Registo do subsídio atribuído pelo Município de Lagoa, para a aquisição do edifício sede bloco 97 (2017 e 2018), no valor de 100.000,00€
 - Reconhecimento da imputação anual do subsídio atribuído para a construção da creche Chebébé em 2005, no valor de 5.000,00€
 - Reconhecimento da imputação anual do subsídio atribuído para a aquisição do edifício sede bloco 97 em 2017 e 2018, no valor de 18.000,00€

17.9 Fornecedores

Fornecedores de bens alimentares, tendo em conta o fluxo de movimento relacionado com os refeitórios, considera-se o montante aceitável. O valor em questão diz respeito a facturas de Novembro e Dezembro de 2018 que serão pagas em Janeiro de 2019.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Fornecedores c/c	8.330,70€	5.083,47€
Fornecedores títulos a pagar	0,00€	0,00€
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00€	0,00€
Total	8.330,70€	5.083,47€

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00€	0,00€
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00€	0,00€
Outros Impostos e Taxas	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00€	0,00€
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00€	0,00€

Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.701,00€	2.420,34€
Segurança Social	11.908,40€	13.183,71€
Outros Impostos e Taxas	165,35€	192,72€
Total	13.774,75€	15.796,77€

Declaro que não existem dívidas em mora à autoridade tributária ou à segurança social. Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2018, correspondem ao FCT, à retenção na fonte e a contribuições para a Segurança Social referentes a dezembro, e cujo pagamento se efectua em janeiro de 2019.

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00€		0,00€
Cauções		0,00€		0,00€
Outras operações		0,00€		0,00€
Perdas por imparidade acumuladas		0,00€		0,00€
Fornecedores de Investimentos	583.728,28€	0,00€	509.659,15€	0,00€
Credores por acréscimo de gastos		83.589,75€		79.501,80€
Outros credores		29.914,11€		12.561,08€
Total	583.728,28€	113.506,86€	509.659,15€	92.062,88€

- Fornecedores de Investimentos: Regista o saldo em dívida à Cooperativa Chelagoense, na sequência da aquisição do edifício sede (bloco 97). Conforme o acordado o pagamento será efectuado em 12 anos, com uma prestação anual a liquidar no mês de Junho.

- Credores por acréscimo de gastos: Rubrica que regista os montantes de gastos atribuíveis ao período em curso, mas cujo vencimento efectivo ou pagamento ocorre em períodos subsequentes, especificamente o vencimento de férias e respectivo sub. de férias relativo ao ano de 2018.

- Outros credores: Destaca-se a SimplyTravel, fornecedor referente à prestação do serviço de transporte dos utentes da actividade de Férias Desportivas, dívida liquidada em Janeiro de 2019.

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2017		2018	
	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

Com um contributo de 52% dos rendimentos, estas comparticipações financeiras são provenientes de diversas entidades. Os subsídios de maior relevância são oriundos da Segurança Social e do Município de Lagoa.

Mantendo-se o protocolo existente entre a instituição e a Segurança Social, verifica-se uma comparticipação global de 19% referente às valências de Creche, Actividades de Tempos Livres c/extensão de horário e Centro de Convívio de Idosos.

É com firmeza e confiança que anualmente se reforça a parceria entre a nossa Instituição e o Município de Lagoa, tendo em consideração a colaboração entre ambas as entidades, verifica-se que 29% dos rendimentos globais da instituição são provenientes do Município. Pela dimensão e pela organização que a Instituição revela, o Município de Lagoa oficializa

17.15.1 Correcções relativas a exercícios anteriores

Correcção relativa ao reembolso de 50% do valor do IVA, relativamente a faturas assumidas em bens alimentares e faturas de conservação do activo durante o exercício de 2017.

17.15.2 Imputação de subsídios

Imputação anual dos subsídios atribuídos pelo Município de Lagoa referente à construção da creche (2005) e a aquisição do edifício sede bloco 97 (2017 e 2018).

17.15.2 Restituição de impostos

Reembolso de 50% do valor do IVA, relativamente a faturas assumidas em bens alimentares e faturas de conservação do activo durante o exercício de 2018.

17.15.4 Reembolsos

Reembolso da companhia de seguro relativamente a sinistros com utentes.

17.15.5 FES – Cabazes alimentares

Devido ao protocolo FES (Fundo de Emergência Social) celebrado com o município de Lagoa, a instituição proporciona cabazes alimentares a municípios carenciados.

Conforme protocolado os cabazes alimentares são valorizados, assim, regista-se o gasto através das compras dos bens alimentares e compensa-se o rendimento pela ordem de requisição enviada pela Câmara Municipal de Lagoa.

A instituição neste processo é mera intermediária.

17.15.6 Outros não especificados

Destaca-se o valor da venda da viatura entregue na aquisição de uma viatura nova.

17.16 Outros gastos

Destaca-se a conta de Impostos que contempla o pagamento do IMI de terrenos doados à instituição, e, a conta de "Correcções a exercícios anteriores", com o registo de regularizações relativas a movimentos datados de anos transactos.

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2018
Impostos	1.205,49€	1.754,53€
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00€	0,00€
Incobráveis	0,00€	0,00€
Perdas em inventários	0,00€	0,00€
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00€	0,00€
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00€	0,00€
Gastos em investimentos não financeiros	0,00€	0,00€
Outros Gastos	1.632,75€	276,91€
Total	2.838,24€	2.031,44€

17.17 Resultados Financeiro

Nos períodos de 2017 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00€	0,00€

Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00€	0,00€
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00€	0,00€
Total	0,00€	0,00€
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.406,77€	1.829,63€
Dividendos obtidos	0,00€	0,00€
Outros Rendimentos similares	0,00€	0,00€
Total	1.406,77€	1.829,63€
Resultados Financeiros	1.406,77€	1.829,63€

Devido à conjuntura actual, e tendo em conta o ano que se aproxima, esforça-se a direcção desta instituição através dos recursos que dispõe, diligenciar junto do sector bancário condições favoráveis, no sentido de obter o máximo de rendimentos provenientes de juros, lamentavelmente as taxas são muito reduzidas.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direcção e em Assembleia-geral.

18 Considerações finais

Após a análise de todos os mapas fundamentais à apresentação de contas relativamente ao exercício de 2018, verificou-se que a direcção atingiu os seus objectivos.

Através de uma administração cautelosa, zelou pelos interesses da instituição sem negligenciar a qualidade imprescindível que distingue nos serviços que presta aos utentes e à população envolvente.

Destaca-se o apoio por parte do Centro Distrital de Solidariedade, Segurança Social de Faro e do Município de Lagoa e IPDJ.

Evidencia-se igualmente a instituição Cooperativa de Construção e Habitação Económica Che Lagoense, pelo seu incondicional apoio, ao longo destes anos.

Na sequência de todos os mapas apresentados e analisados, justifica-se o resultado líquido positivo apurado no valor de 33.374,73€.

A Direcção propõe que o resultado líquido do período seja aplicado em resultados transitados.

Para terminar a direcção expressa agradecimentos a todas as entidades públicas e privadas, associados e particulares, funcionários e colaboradores que deram o seu contributo valioso para a manutenção e bom funcionamento desta instituição.

O Contabilista Certificado

R.
cc 83715

A Direcção

 Raúl Ramalho
 Patrícia Fernandes
 Henrique Costa
 Maria Adelaide N.C. Silva